

LEI Nº 3.956, DE 03 DE JUNHO DE 2022.

"Dispõe sobre o Programa Auxílio Creche e dá outras providências".

LAERTE SONSIN JÚNIOR, Prefeito da Estância Turística de Salto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído na Estância Turística de Salto o Programa "Auxílio-Creche", que consiste em oferecer apoio financeiro destinado exclusivamente a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, previamente cadastradas na Rede Municipal de Ensino de Salto e não matriculadas em razão de carência de vagas nas unidades escolares do Município.

§1º. O "Auxílio-Creche" será pago, mensal e individualmente, por criança durante o uso da vaga, diretamente a instituições de ensino particulares credenciadas.

§2º. A concessão do benefício de que trata a presente Lei tem caráter provisório e emergencial e cessará imediatamente após a disponibilização de vaga nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino nas condições referidas no "caput" deste artigo.

§3º. O valor do benefício será de até R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, o qual será corrigido anualmente, se necessário, por meio de Decreto.

Art. 2º. A assistência às crianças a que se refere o artigo 1º terá como objetivo primordial garantir o direito à sua permanência em escolas infantis.

Art. 3º. O "Auxílio-Creche", na relação com as instituições de ensino particulares:

I - será condicionado à comprovação do seu uso mediante entrega de recibos mensais de pagamento, conjuntamente com relatório de frequência da criança;

II - será concedido a, no máximo, 3 (três) crianças por família, ressalvada a hipótese de gestação múltipla, quando o valor do benefício será calculado incluindo o número de crianças nascidas nessa gestação.

Art. 4º. Farão jus à assistência a que alude a presente Lei, as crianças cujos pais ou responsáveis tenham realizado cadastramento/inscrição na Secretaria Municipal de Educação do

CÂMARA EST. TURÍSTICA DE SALTO - 06-JUN-2022 - 11:13:00 (03/07-1/2)

GISELE PORTES DE ALMEIDA
Oficial de Apoio Legislativo
Câmara da Estância Turística de Salto

Município de Salto para obtenção de vaga em escola pública municipal até o dia 31 de janeiro de 2022.

Art. 5º. Terão prioridade ao Programa "Auxílio-Creche", crianças cujos pais ou responsáveis comprovem:

- I - residir em imóvel alugado ou em casas populares financiadas ou em zona rural;
- II - aqueles que tiverem mais filhos em idade escolar;
- III - filhos e filhas de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica domiciliadas em Salto;
- IV - filhos e filhas de mães ou pais solo.

Parágrafo Único. É critério para desempate na concessão de prioridade a detenção do maior número de requisitos para tanto.

Art. 6º. A fila de prioridade deverá ser liberada ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real e por meios eletrônicos de acesso público.

Art. 7º. O benefício do Programa "Auxílio-Creche" será cancelado nos seguintes casos:

- I - automaticamente, quando a criança for encaminhada para uma vaga na Rede Municipal de Ensino;
- II - quando não forem atendidos os requisitos estabelecidos pela lei ou por normas regulamentadoras;
- III - quando for constatada falsidade nas declarações dos responsáveis legais pela criança;
- IV - quando houver faltas injustificadas da criança durante 15 (quinze) dias consecutivos ou quando seu percentual de ausência injustificada durante o ano letivo ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo Único. Constatadas as hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo, a instituição de ensino que atende a criança deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação para o cancelamento da vaga no Programa Mais Creche.

Art. 8º. Não fará jus ao "Auxílio-Creche" de que trata esta Lei a criança:

- I - cuja residência seja próxima a unidade de ensino da rede pública com disponibilidade de vaga;
- II - que tenha sido retirada pelos pais ou responsáveis, de unidade de ensino da rede pública;
- III - cujos pais ou responsáveis recebam benefício de igual natureza de seus empregadores;

IV - que complete 4 (quatro) anos até a data limite estabelecida por resolução do Conselho Municipal de Educação;

V - cujos responsáveis legais tenham recusado a vaga disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação - SME.

Art. 9º. Poderão se cadastrar para participar do Programa "Auxílio-Creche" para o exercício de 2022, as instituições de ensino privadas, com ou sem fins lucrativos, instaladas em Salto/SP, devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal da Educação ou Diretoria Regional de Ensino, e que assumam a obrigação de:

I - manter estrutura física e quadro de pessoal compatíveis para atendimento das necessidades das crianças a serem acolhidas, de acordo com parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

II - garantir os parâmetros de qualidade exigidos da Rede Municipal de Ensino;

III - atender a criança encaminhada dentro do horário/período estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação;

IV - manter a criança sob a sua guarda e proteção, até ser devolvida ao seu responsável ou a uma pessoa autorizada pelo mesmo, nos moldes da legislação vigente, em especial os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

V - promover a educação inclusiva de crianças com deficiência;

VI - não discriminar crianças beneficiárias do Programa "Auxílio-Creche", concedendo tratamento igualitário a todos os estudantes matriculados na escola;

VII - fornecer merenda, em conformidade com o cardápio consoante as necessidades demandadas para cada criança; materiais escolares, prezando pela qualidade do ensino; e, ainda, não cobrar e/ou solicitar qualquer valor em pecúnia, nem materiais de cama, mesa ou de banho, de higiene pessoal e material de limpeza aos pais ou responsáveis pelos estudantes; tudo na mesma qualidade tanto para os alunos não beneficiários e matriculados na Instituição, quanto para os alunos beneficiários e matriculados na instituição;

VIII - manter em seu quadro fixo de funcionário e presente diariamente na unidade de ensino por no mínimo 8 (oito) horas, 1 (um) educador de infância com Licenciatura plena em Pedagogia ou outra área da Ciência da Educação para ocupar a função de Coordenador Pedagógico ou Diretor;

IX - manter equipe técnico-administrativo-pedagógica composta por no mínimo:

- a. 01 (um) Nutricionista;
- b. recreacionistas, que deverão ter no mínimo o ensino médio completo e cursos específicos na área, em número suficiente para atender a demanda de alunos;
- c. auxiliares (preferencialmente estagiários do curso de pedagogia);
- d. docentes os quais deverão possuir formação em nível superior ou Educadores Assistentes, segundo o art. 62 da LDB, que deverão possuir formação em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade "Normal";
- e. merendeiras e Auxiliares de serviços gerais (Serviços de Cozinha, Serviço de Limpeza).
- X** - estar com o Plano Gestor/Adendo, Matriz Curricular, Calendário Escolar e Quadro Escolar, relativos ao ano letivo, devidamente homologados, e atingir a proposta pedagógica;
- XI** - atender ao Plano de Rotina, Plano de Alimentação e Plano de Conduta apresentados pela Secretaria Municipal de Educação;
- XII** - atender às normas legais estabelecidas para a educação, especialmente a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Resolução CNE nº 2, de 22 de dezembro de 2017; a Deliberação CME nº 02/16; e Resolução SME nº 04, de 10 de fevereiro de 2017; e a Resolução SME nº 11/16;
- XIII** - informar ao Conselho Tutelar, com cópia à Secretaria Municipal da Educação, através de Ofício, situação de risco e vulnerabilidade que envolva a criança que se encontre vinculada ao Programa "Auxílio Creche";
- XIV** - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, mensalmente, a nota fiscal dos serviços prestados, o controle de frequência dos estudantes beneficiários do Programa Auxílio Creche; e à Diretoria Pedagógica, os Relatórios Mensais de Atividades, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- XV** - emitir a Nota Fiscal dos Serviços Eletrônicos – NFS-e com a indicação do responsável da criança no campo reservado ao tomador de serviços;
- XVI** - apresentar, no ato da entrega da nota fiscal, certidão válida de comprovação do recolhimento de encargos e tributos (FGTS, INSS e CNDT) correspondente ao mês de entrega de acordo com o que preconiza o artigo 195, §3º da Constituição Federal, combinado com os artigos 31 da Lei nº 8212/1991, art. 2º da Lei nº 9012/1995 e artigo 71 da Lei nº 9032/1995;
- XVII** – (VETADO).

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação, por seus representantes, poderá vistoriar a instituição privada cadastradas a qualquer momento, independente de prévio aviso, objetivando verificar o atendimento das condições de acolhimento das crianças, bem como o cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Art. 10. As instituições de ensino particulares que pretendam participar do Programa ora criado, deverão manifestar interesse junto à Prefeitura da Estância Turística de Salto, apresentando os documentos que seguem:

I - requerimento de cadastro, endereçado à Senhora Secretária Municipal da Educação, conforme modelo constante do Anexo;

II - cópia da cédula de Identidade do representante legal;

III - cópia do registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

IV - cópia de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB expedido pelo órgão responsável em plena vigência na data da entrega da documentação;

V - projeto Pedagógico e de Gestão Escolar com seus adendos e Proposta de Calendário Escolar para o ano letivo subsequente;

VI - cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VII - o número de vagas a serem oferecidas para o programa, bem como a relação de preços e a quantidade de meses para disponibilidade das vagas.

§1º. A análise e decisão quanto ao pedido de cadastramento da instituição será efetuado em até 10 (dez) dias contados, a partir da data do protocolo e será publicado em site oficial da Prefeitura com os critérios de seleção explícitos. Serão priorizadas as creches de portes micro, pequenas e médias empresas.

a. (VETADO).

§2º. Será cancelado o cadastro de instituição de ensino que, após apuração em processo administrativo, tenha sofrido qualquer punição por parte dos órgãos oficiais e não tenha sanado as deficiências que deram ensejo a tal punição.

§3º. Em caso de indeferimento do pedido de cadastramento ou de cancelamento do já realizado, o interessado será notificado para que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, se desejar, apresente recurso junto à Secretaria Municipal de Educação.

§4º. Não havendo juízo de reconsideração da decisão, o recurso será encaminhado à autoridade superior, sendo que, após o esgotamento da fase recursal, em caso de não conhecimento ou não acolhimento do recurso, o processo será arquivado.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação supervisionará os serviços oferecidos pelas instituições, celebrando termo de prestação de serviços onde constarão, obrigatoriamente, as obrigações contidas na presente Lei.

Art.12. O número de vagas destinadas ao Programa no respectivo ano letivo será definido anualmente, considerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, não podendo ser superior a 10% (dez por cento) do número de alunos de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade matriculados na rede pública municipal.

Art.13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos, 03 de junho de 2022 – 323ª da Fundação



LAERTE SONSINI JÚNIOR
Prefeito Municipal



ARILDO GUADAGNINI
Secretário Municipal de Governo

Registrado no Gabinete do Prefeito e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

ANEXO

MODELO DE REQUERIMENTO

Ilma. Sra. Secretária Municipal da Educação de Salto,

(NOME COMPLETO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO), inscrita no CNPJ/MF nº
(NÚMERO DO CNPJ), com sede na (ENEREÇO COMPLETO, COM CEP), neste ato representado por
(NOME COMPLETO E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO), vem
requerer o cadastro para participar do Programa "Auxílio Creche", instituído pela Lei Municipal
nº (NUMERO DA LEI), para recebimento de crianças a serem atendidas pelo referido benefício.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Salto, ____ de ____ de ____.



(Assinatura do responsável pela instituição de ensino)